



ARTIGO CIENTÍFICO

Nível de informação e consumo da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul

Level of information and consumption of the population on organic products in Santana of the Livramento, Rio Grande do Sul

Simone Braga Terra^{*1}, José Enrique Lopes da Costa²

Resumo: A preocupação com a contaminação dos alimentos por resíduos de agrotóxicos têm motivado mudanças nas técnicas de manejo agrícola, com destaque para a produção orgânica. Porém, uma grande parcela da população ainda desconhece a definição de alimento orgânico, seus benefícios e suas características, havendo muitas distorções acerca do assunto. Nesse contexto, objetivou-se realizar a avaliação do nível de conhecimento e consumo da população do município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, sobre os produtos oriundos da agricultura orgânica, através de entrevista qualitativa e quantitativa a partir da aplicação de questionário fechado, direcionado a diferentes grupos sociais, como comerciários, estudantes e funcionários públicos da zona central. Os resultados evidenciaram que o perfil do consumidor de produtos orgânicos é predominantemente feminino (62,5%), com grau de escolaridade superior completo (32,5%), de classe social média (37,5%), que estão em busca de uma melhor qualidade de vida, preservação da saúde e por busca de um alimento saudável. Como entraves ao consumo, destaca-se o preço final no mercado de varejo, a falta de divulgação dos benefícios e a pequena variedade de alimentos orgânicos ofertados. Consta-se que no município existe um mercado promissor para a comercialização dos produtos orgânicos, que poderá ser melhor explorado via difusão de informações à população e melhor exposição nas gôndolas dos mercados e das feiras livres.

Palavras-chave: Mercado de hortaliças; Perfil de consumidor; Produção orgânica de alimentos.

Abstract: The preoccupation with the contamination of the foods for pesticides residues they have been causing changes in the techniques of agricultural handling, with distinction for the organic production. However, a great piece of the population still does not know the definition of organic food, his benefits and his characteristics, when many distortions are her around the subject. In this context, this inquiry had as I aim to carry out the evaluation of the level of knowledge and accomplish of the population of local authority of the Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, on the products originating from the organic agriculture. The results showed up that the profile of the consumer of organic products is predominantly feminine (62,5 %), with complete degree of superior schooling (32,5 %), of middle social class (37,5 %), which are in search of a better quality of life, preservation of the health and for search of a healthy food. Since you should hamper to the consumption, the final price stands out in the market of retail trade, the lack of spread of the benefits and the small variety of offered organic foods. It is noticed that in the local authority there is a promising market for the marketing of the organic products, what will be able to be better explored he was seeing diffusion of informations to the population and better exhibition in the racks of the markets and of the markets.

Key words: Market of vegetables. Consumer's profile. Organic food production.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 28/08/2016; aprovado em 11/06/2017

¹Eng^a Agr^a, Doutora em Produção Vegetal, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, RS; (53)3244-1440, simone-terra@uergs.rs.gov.br

²Aluno do curso de Desenvolvimento Regional e Gestão Agroindustrial, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, enriquelopez20@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas houve um elevado crescimento na utilização de agrotóxicos no Brasil. Vários estudos apontam o alto teor de contaminação dos alimentos, principalmente frutas e hortaliças, em consequência do uso indiscriminado de fungicidas, herbicidas e inseticidas causadores de sérios danos ao meio ambiente e a saúde humana (DELGADO, 2004). Segundo dados divulgados pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (BOCHNER, 2007), a venda de agrotóxicos no Brasil saltou de US\$ 2 bilhões em 2001 para mais de US\$ 8,5 bilhões em 2011, refletindo um crescimento de 190%, ritmo mais acentuado do que o do mercado mundial que no mesmo período cresceu 93%. Desde 2009 até os dias atuais, o Brasil destaca-se no ranking mundial de utilização de agrotóxicos, com um consumo per capita de 7,5 litros do produto por ano. No Rio Grande do Sul a situação é mais agravante chegando a 8,3 litros (PELAEZ et al., 2011).

Esse cenário motiva uma demanda por sistemas produtivos mais sustentáveis, menos poluentes e que prezem pela segurança alimentar, onde os objetivos sejam a produção de gêneros agrícolas sem vestígios de contaminação por agrotóxicos, além da preservação da biodiversidade natural e a manutenção do equilíbrio do solo. Assim, o sistema orgânico de produção surge como uma alternativa para o cultivo de alimentos saudáveis e isentos de contaminantes intencionais, como agrotóxicos, adubos minerais de alta solubilidade, aditivos químicos, radiações ionizantes, sementes híbridas ou transgênicas (BRASIL, 2006).

Conforme Souza (2005), a produção orgânica, além da preservação do meio ambiente e da saúde humana, pode contribuir para um aumento de renda ao agricultor em função do produto gerado nesse tipo de sistema, traduzido em maior valor agregado das mercadorias comercializadas.

Apesar da estreita relação entre os problemas sociais e de saúde gerados para a população e a degradação ambiental em função do processo de artificialização da agricultura fomentado pela Revolução Verde, grande parte da população ainda desconhece a definição de alimento orgânico, seus benefícios e suas características, havendo muitas distorções acerca do assunto (AZEVEDO, 2009; LAIRON, 2009). Constata-se então a importância de elucidação de informações sobre legumes e verduras cultivadas sem agrotóxicos nem adubos químicos solúveis para a população, além de buscar identificar a opinião da sociedade local sobre agricultura orgânica, uma vez que este pode ser o passo inicial para o fomento dessa atividade nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

As características culturais específicas de algumas regiões do Brasil não facilitam a inserção dos produtos orgânicos nos pontos de comercialização distribuídos nos municípios, seja em feiras ou em supermercados. Além da influência do agronegócio, que tem avançado rapidamente no Rio Grande do Sul, em muitas localidades falta informação para a população a respeito do que seja um alimento orgânico, seus benefícios nutricionais e qualitativos, além do desconhecimento geral sobre as formas de produção que os torna diferenciados, quando comparados ao sistema convencional de agricultura (AZEVEDO, 2006; ADAM, 2001).

A alimentação com produtos orgânicos em Santana do Livramento, RS, nunca foi um assunto de grande demanda

pela população, caracterizada pelo baixo consumo de frutas, legumes e verduras nas refeições diárias, possivelmente pela influência cultural dos hábitos fronteiriços, que priorizam a carne em todas as refeições cotidianas. Porém, a situação atualmente vem se modificando, certamente em função da necessidade das pessoas cultivarem hábitos mais saudáveis visando uma maior longevidade, incluindo atividades físicas e alimentação sem contaminantes nem resíduos de agrotóxicos ou adubos químicos (ALMEIDA-MURADIAN e PENTEADO, 2007). Atualmente existe uma procura crescente pela população do município por produtos orgânicos de origem local.

No Brasil, o sistema orgânico de produção está regulamentado pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, caracterizando-se por adotar técnicas produtivas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Em se tratando de melhorar o mercado de produtos orgânicos em Santana do Livramento, visando a possibilidade de desenvolvimento regional através do crescimento da agricultura local, percebendo-se a necessidade de pesquisas sobre o consumo da população santanense por esse tipo de produtos e seu posicionamento a respeito. Nesse contexto, objetivou-se realizar a avaliação do nível de conhecimento e de consumo da população do município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, sobre os produtos oriundos da agricultura orgânica.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no município de Santana do Livramento (RS), na área central da zona urbana, durante o período compreendido entre os meses de agosto a outubro de 2016. A amostra foi definida em 40%, ou seja, de um total de 100 pessoas circulantes nos pontos de entrevista, foram entrevistados 40 indivíduos, selecionados por meio de uma amostragem não probabilística e escolhidos de forma arbitrária, com base na conveniência, dado que os entrevistados foram selecionados por estarem no local no momento da aplicação dos questionários. Ainda que a amostragem não probabilística produza boas estimativas sobre as características da população, essas técnicas são limitadas, não sendo possível avaliar a precisão dos resultados da amostra objetivamente (MALHOTRA et al., 2005).

Ressalta-se que esse projeto de pesquisa foi submetido primeiramente à Comissão de Pesquisa da Unidade Acadêmica e posteriormente ao Comitê de Ética da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

O trabalho buscou identificar o nível de informação e de consumo da população santanense sobre os alimentos orgânicos, através de entrevistas com questões fechadas, ou

seja, aquela com perguntas pré-definidas aos entrevistados, além questões semiestruturadas de múltipla escolha.

Dentro de uma metodologia de pesquisa qualitativa, o trabalho de campo foi baseado em observação participante e entrevistas. Foram feitas entrevistas na forma de questionários para diferentes grupos de trabalhadores no município, como comerciários, estudantes e funcionários públicos. Foram selecionadas para as entrevistas, pessoas com características diferentes, de sexo, idade ou profissão, a fim de atingir um público diversificado.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido e incluíram questões fechadas de múltipla escolha abordando o estilo de vida, os hábitos alimentares, grau de escolaridade, conhecimento sobre orgânicos, bem como os motivos que poderiam incentivar o entrevistado a optar por uma alimentação mais saudável. Em contraponto, a entrevista

aberta proporciona ao entrevistado a oportunidade de pensar sobre o seu cotidiano, relacionar e interpretar os seus próprios atos, construindo uma visão ou opinião sobre si mesmo (BERTASSO, 2000).

Os dados obtidos durante a observação participante foram anotados e as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e interpretadas. Os depoimentos dos diversos entrevistados foram confrontados entre si.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 observa-se as informações da população de Santana do Livramento quanto ao gênero, idade, grau de escolaridade e renda familiar para caracterização inicial do público consumidor de produtos orgânicos.

Tabela 1. Perfil relativo ao gênero, idade, grau de escolaridade e renda familiar da população que consomem de alimentos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.

Gênero	Faixa Etária	Grau de Escolaridade	Renda Mensal
Masculino - 37,5 %	16 a 25 anos - 15%	Ensino Fundamental Incompleto - 2,5%	1 a 2 Salários - 22,5%
Feminino - 62,5 %	26 a 35 anos - 20%	Ensino Fundamental Completo - 5%	2 a 3 Salários - 37,5%
	36 a 45 anos - 12,5%	Ensino Médio Incompleto - 12,5%	3 a 4 Salários - 22,5%
	46 a 55 anos - 32,5%	Ensino Médio Completo - 27,5%	4 ou mais Salários - 17,5%
	Mais de 55 anos - 20%	Ensino Superior Incompleto - 20%	
		Ensino Superior Completo - 32,5%	

Percebe-se que o maior número de consumidores pertence ao gênero feminino (62,5%). A idade média que representou os participantes da pesquisa foi entre 46 e 55 anos (32,5%). O nível de escolaridade identificado foi o curso superior completo (32,5%). A renda familiar foi caracterizada entre 2 a 3 salários mínimos (37,5%), indicando que o crescimento do consumo de hortaliças ocorre quando há um aumento da renda das famílias, concordando com Viebig et al. (2009), que observaram que cerca de 35,0% dos idosos de baixa renda em São Paulo não consumiam diariamente nenhum tipo de fruta ou hortaliça, em função do preço mais elevado se comparado a uma refeição constituída por alimentos mais populares, a exemplo do arroz e feijão. Silva (2013) também comprovou que a decisão de consumo de frutas e hortaliças está relacionada com o nível de renda familiar, com notável discrepância entre os domicílios pobres e ricos, sendo que produtos como alface, repolho, cenoura, beterraba e tomate está fora das possibilidades dos lares mais pobres, principalmente pelo alto valor e insuficiência de renda.

De acordo com Santos et al. (2009), o maior consumo de frutas, legumes e verduras se dá pela população de renda mais elevada, nível superior completo e que possuem maior preocupação com a saúde, priorizando a qualidade de vida. Em Santana do Livramento os dados foram concordantes, o que possivelmente, indique que as hortaliças orgânicas sejam mais consumidas por uma camada abastada da sociedade, em função do custo de produção elevado desse tipo de alimento. Segundo Colla (2008), a alimentação orgânica possui um custo de produção mais elevado do que a convencional, em função de motivos como: a) descompasso entre a oferta e a demanda, existindo atualmente muito mais pessoas procurando se alimentar de produtos orgânicos do que a oferta destes no mercado; b) O custo da empresa de certificação contratada pelo produtor orgânico ainda é elevado, e esse custo terá que ser repassado ao consumidor; c)

Apesar do uso mínimo de insumos externos na produção orgânicos, a produtividade menor desse sistema de cultivo acaba tornando o custo de produção um pouco mais alto do que o custo de produção convencional.

As mulheres são as mais frequentes compradoras de produtos orgânicos, conforme verificado também por outros autores (SCHMIDT, 2004; IBGE 2004), possivelmente por ser esse gênero que dita a alimentação da maioria das famílias brasileiras. Silva e Costa (2011) também evidenciaram o gênero feminino como responsável pela compra de frutas e hortaliças nos domicílios da Paraíba, pois segundo os autores, elas são as maiores responsáveis pela tomada de decisão de compra, além de se demonstrarem atenciosas aos detalhes na escolha do produto.

Em relação ao grau de escolaridade, a população de Santana do Livramento que possuía o nível superior completo foi a maior consumidora dos alimentos orgânicos, concordando com o pesquisador Cuenca (2007) para o Rio Grande do Norte, que apontou que 50,1% dos consumidores orgânicos possuíam curso superior e 22,7% curso superior incompleto. Portanto, em ambas pesquisas percebe-se que o consumo regular de hortaliças é menor entre as pessoas que têm menos escolaridade, possivelmente pelo desconhecimento dos benefícios desta categoria de alimento.

Verificou-se também que a faixa etária que mais consome alimentos orgânicos está situada entre 46 a 55 anos. Conforme Camargo et al. (2011), no Estado de São Paulo os maiores consumidores de produtos orgânicos possuem idade entre 50 e 59 anos, sendo apontados como a categoria que mantém uma alimentação mais saudável, em comparação com que a população mais jovem. Supõe-se que o consumo de frutas, verduras e hortaliças pela faixa etária mais jovem seja reduzido em função da demanda por alimentos processados e do tipo fast-food, além da baixa influência familiar para esse tipo de alimento. Em Santana do Livramento, a faixa etária mais jovem, entre 16 a 25 anos, consumiu apenas 15% de

produtos orgânicos, concordando com a pesquisa realizada por Sanches (2002), onde 90% de jovens entre 13 a 16 anos em idade escolar consumia quantidade média de hortaliças orgânicas inferior a dois dias/semana ou não consumia; o grupo com 10% de consumo de alimento orgânico era composto por filhos de mães com maior escolaridade.

Analisando o nível de informação da população santanense relativa à produção e aos benefícios dos alimentos orgânicos, inicialmente com a pergunta “como você considera o seu nível de conhecimento sobre produtos orgânicos?”. Foram obtidas 22,5% das respostas como sendo pouco o conhecimento sobre alimentos orgânicos; 72,5% das respostas como sendo razoável o conhecimento sobre alimentos orgânicos; e 2,5% dos entrevistados declararam possuir alto grau de conhecimento sobre alimentos orgânicos.

Ainda sobre o conhecimento da população sobre os produtos orgânicos, também foi questionado aos entrevistados se “costuma procurar informações sobre os benefícios da alimentação orgânica?”. As respostas obtidas foram que 47,5% da população entrevistada busca informação; 50% não procuram informação; e 2,5% não responderam esta questão.

Observa-se que praticamente a metade dos consumidores (47,5%) afirmam buscar informações sobre a alimentação orgânica, apontando que seria interessante que o consumidor tenha mais acesso às informações sobre os benefícios à saúde que os alimentos orgânicos agregam. Souza e Lima (2004), verificaram que o consumidor tem a necessidade de maior informação e poder de escolha com maior liberdade no momento da compra dos produtos cotidianos, além de também estar interessado em produtos mais naturais, ou seja, sem a adição de agrotóxicos nem adubos químicos. Os mesmos autores ainda descrevem que as práticas de consumo consciente tendem a ganhar espaço e grande importância no cenário global. Sendo assim, espera-se que o consumo de produtos orgânicos ao longo dos anos tenda a se popularizar.

Sobre a concepção de alimentos orgânicos para a população amostrada de Santana do Livramento, observou-se que 90,5% acreditam que alimentos orgânicos são aqueles alimentos produzidos apenas sem a utilização de agrotóxicos e 7,5% acham que são as verduras e legumes vendidos em feiras livres pelos produtores rurais existentes no município (Tabela 2).

Tabela 2. Avaliação do conceito e da identificação no mercado consumidor de alimentos orgânicos pela população de Santana do Livramento. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Uergs. 2016.

Conceito de produto orgânico	Identificação do produto orgânico no mercado consumidor
Embalado a vácuo - 0 %	Através de cartazes - 15%
Produzido sem aplicação de agrotóxicos - 90,5 %	Através da compra direta em feiras livres - 25%
Comercializados diretamente em feiras livres - 7,5%	Através do selo de certificação orgânica - 55%
Produzido de forma natural - 2%	Através da compra no supermercado - 5%

Durante a pesquisa percebeu-se certo desconhecimento da população sobre a identificação do produto orgânico, onde parte dos entrevistados acreditam que apenas o fato do produto ser comercializado em feiras livres, seria necessariamente considerado orgânico. De acordo com BRASIL (2009), o produto orgânico é aquele produzido sem agrotóxicos, isento de adubos químico e outros compostos, como nitratos e metais pesados, além de não conter traços de drogas veterinárias, hormônios e antibióticos ou ser oriundo de sementes híbridas ou organismos geneticamente modificados.

Ainda na Tabela 2 percebe-se que 55% dos entrevistados identifica o selo de certificação do alimento orgânico diretamente fixado na embalagem, confirmando assim o já apontado como resultado nas respostas dos entrevistados de um grau de conhecimento razoável no assunto.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou em 2012 o Decreto n. 7.794 que regulamenta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, motivado pelo apelo da população por alimentos sem contaminantes e pelos inúmeros problemas de ordem ambiental, social e de saúde gerados pelo modelo convencional de agricultura. Para tanto, todo produtor rural que desejasse comercializar produtos orgânicos deveria fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e obtendo o selo de certificação oficial. A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e

credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), assegura que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. A certificação apresenta-se sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto, garantindo assim a qualidade do produto (CÉZAR et al., 2008).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2001), orgânico é um termo de rotulagem que indica que os produtos atendem às normas de certificação através de uma autoridade ou estrutura devidamente constituída e credenciada pelo MAPA que emite um selo de produto orgânico mediante vistorias periódicas à propriedade rural para observar se as técnicas de manejo, produção e utilização de insumos atendem aos padrões exigidos para a produção de alimentos orgânicos.

Durante as entrevistas com a população, foram evidenciadas informações sobre a existência do consumo de alimentos orgânicos, a frequência, o tempo de consumo e os motivos para a compra (Tabela 3). Na identificação do perfil dos consumidores constatou-se que 67,5% dos entrevistados se diz consumidor orgânico; 30% respondeu que não consome com frequência; e 2,5% diz que não consome e não consumiria. Uma vez positiva a resposta para o consumo do produto orgânico, perguntou-se com que frequência ocorria esse consumo, obtendo-se as seguintes respostas: 27,5% responderam que toda a semana consomem alguma verdura ou legume orgânicos; 27,5% que consomem duas vezes ao mês; 20% consomem uma vez por mês; e 25% não sabem especificar.

Tabela 3. Informações sobre a existência do consumo de alimentos orgânicos, a frequência, o tempo de consumo e os motivos para a compra pela população de Santana do Livramento. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Uergs. 2016.

Existência do consumo	Frequência de consumo	Tempo de consumo	Motivos para a compra
Consomem - 67,5 %	Toda semana - 27,5%	Menos de um ano – 7,5%	Preocupação com a saúde – 20%
Não consomem com frequência - 30 %	Duas vezes por mês - 27,5%	Mais de um ano – 15%	Qualidade geral de vida – 32,5%
Não consomem, nem consumiriam 2,5%	Uma vez por mês – 20%	Mais de dois anos – 15,5%	Alimentos sem veneno – 42,5%
	Não sabem especificar - 25%	Mais de três anos – 37%	Qualidade de sabor – 2,5%
		Não consomem – 25%	Preservação do ambiente – 2,5%

A população entrevistada em Santana do Livramento pode ser considerada como um consumidor recente, já que não existia na cidade nem a produção e nem uma tradição anterior consolidada para o fomento dos alimentos orgânicos. A maioria dos hortifrutigranjeiros consumidos localmente são importados de outras cidades toda semana, existindo uma carência de hortaliças orgânicas oferecidos no mercado, sejam em supermercados ou feiras livres, além da produção local ser insuficiente, o que pode ter relação com a baixa opção dos consumidores por esse tipo de alimento.

Outro fato que tem forte influência no baixo consumo dos produtos orgânicos pela população santanense é o hábito do gaúcho fronteiriço de não incluir na alimentação diária, frutas, legumes ou verduras, priorizando significativamente a carne, o arroz e o feijão. Laytano (1997) afirma que o gaúcho cultiva fortemente o seu paladar pela carne bovina, gerando uma necessidade quase que diária do consumo desse tipo de alimento. O churrasco de carne de gado ou ovelha, raramente o porco, dominavam o cardápio do gaúcho da fronteira. Nas estâncias eram fabricados a manteiga, o queijo, o pão e a linguiça, porém o arroz carreteiro e o charque eram quase sempre os pratos principais.

Apesar do churrasco ser um hábito do gaúcho, é preciso incluir os alimentos frescos, como frutas, verduras e legumes, na alimentação diária, em busca de uma maior qualidade de vida e prevenção de doenças. Tabai (2001) alerta que alguns tipos de alimentos, se consumidos regularmente durante longos períodos de tempo, parecem fornecer o tipo de ambiente que uma célula cancerosa necessita para crescer, se multiplicar e se disseminar. Esses alimentos devem ser evitados ou ingeridos com moderação. Neste grupo estão incluídos os alimentos ricos em gorduras e nitratos, tais como carnes vermelhas, frituras, molhos com maionese, leite integral e derivados, bacon, presuntos, salsichas, linguiças, mortadelas, dentre outros.

Os motivos que levaram a compra de alimentos orgânicos na pesquisa da Uergs foram identificados entre a população entrevistada, sendo que 20% escolheram como motivo a preocupação com a saúde; 32,5% acham que traz melhoria na qualidade de vida; 42,5% concordam que o motivo é o consumo de alimentos sem veneno; 2,5% responderam que são influenciados pelo melhor sabor dos alimentos orgânicos; e 2,5% associam seu consumo com a preservação do meio ambiente (Tabela 3).

No Brasil, a principal motivação para compra de alimentos orgânicos está muito influenciada à preocupação com a saúde e melhoria com a qualidade de vida. Uma pesquisa encomendada pelo SEBRAE do Paraná, PR, realizada pelo DATACENSO (2002) nos Estados do Sul e Sudeste do Brasil, mostrou que os principais motivos que levaram a consumir os alimentos orgânicos foram: em primeiro e segundo lugar, faz bem à saúde e é saudável; em terceiro lugar por serem isentos de agrotóxicos, em quarto

lugar por terem mais sabor, e em quinto lugar ser mais natural e ter maior qualidade no produto. Segundo a mesma pesquisa, hoje quem consome os alimentos orgânicos são adultos e idosos pertencentes às classes sociais A e B.

Na proposição de Wier e Calverley (2002) existem duas tendências maiores no meio de consumo de alimentos orgânicos: a necessidade de alimentos como serviço incorporado e uma ampliação da consciência de uma alimentação saudável. Mesmo que alguns estudos indiquem que é significativa a motivação ambiental para comprar alimentos orgânicos (ANDRADE e BERTOLDI, 2012; VILLAS BOAS et al., 2006), a maioria dos trabalhos mostra que o consumidor compra hortaliças orgânicas, em primeiro lugar, por causa de considerações em torno da saúde. Mei-Fang (2007), demonstrou que a preferência pelos orgânicos é determinada, entre outras razões, por uma percepção de que estes alimentos podem trazer mais benefícios à saúde do que os convencionais, além de apresentarem melhor qualidade e maior segurança alimentar.

O fato da preocupação com a questão ambiental não influenciar na decisão de compra por orgânicos, nos fornece um indicativo de que, apesar dos argumentos sobre a utilização de agrotóxicos, a estreita relação com doenças carcinogênicas e a contaminação do solo, das águas, do ar, dos animais e das pessoas, seria interessante maior divulgação dos meios de comunicação acerca dos malefícios da agricultura convencional, o que poderia impulsionar um maior consumo de alimentos orgânicos.

De acordo com o MAPA, na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente, sendo banidos fertilizantes sintéticos altamente solúveis, agrotóxicos e transgênicos na produção vegetal e animal. O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é sem dúvida um dos países com maior potencial para o crescimento da produção orgânica (COELHO, 2015).

Sobre a adequação dos preços dos alimentos orgânicos ao bolso do consumidor, onde metade respondeu que é alto (50%); muito alto (12,5%); bom (17,5%) bom; razoável (15%) e baixo (2,5%). Os dados apontam que o preço é o maior fator limitante no consumo dos produtos orgânicos, uma vez que a população relaciona o selo de certificação orgânica identificado nas embalagens com os preços mais elevados do que o alimento convencional. Os resultados obtidos assemelham-se aos fatores de entrave ao consumo de orgânicos citados por Krischke e Tomiello (2009), que apontaram que os preços altos são ocasionados pela demanda maior que a oferta, sendo este um fator superior no poder de escolha do consumidor à falta de informação sobre a abrangência dos seus benefícios.

Existem muitas variantes envolvidas e que determinam o preço final dos alimentos oriundos da agricultura orgânica, abrangendo aspectos desde o processo produtivo no campo

até o comércio no mercado consumidor final, seja pela venda direta, ou seja, via atacado.

De forma simplificada, alega-se que o valor agregado, que pode variar de 20 até 100% a mais para os produtos orgânicos em relação aos de origem convencional tem como uma das causas a lei da oferta e da procura (AZEVEDO, 2009). Assim, como os alimentos orgânicos estão com elevada demanda atualmente nas camadas da sociedade que priorizam uma alimentação saudável, quando comparado ao alimento convencional, é previsível que seu preço encontre-se mais elevado. Entretanto, outros aspectos relativos à comercialização precisam ser analisados no sentido de impulsionar a comercialização dos orgânicos, já que o preço dificulta a acessibilidade. É preciso entender o confronto entre o grande circuito de comercialização (supermercados) e os circuitos curtos (de feiras e venda direta). Nesse segundo tipo de venda, além de se firmar uma relação de confiança entre o feirante e o consumidor, o preço costuma ser mais reduzido quando comparado aos grandes supermercados, já que a margem de lucro é diferenciada.

Cabe ressaltar que o alimento convencional ainda possui preço mais acessível do que o orgânico, porém esse custo não é verdadeiro, pois em decorrência do elevado nível de degradação ambiental que provoca o seu processo de produção, implica num custo ambiental e social indireto que acaba sendo pago pela coletividade. O esgotamento do modelo de agricultura convencional tem como sintoma o aumento gradativo do uso de insumos e de energia externa, com impactos diretos na degradação ambiental, principalmente com perda de matéria orgânica e contaminação das águas. Para Paulus (2009), a intensificação da erosão do solo e a erosão genética sofrida nas regiões de modernização intensiva da agricultura levaram a uma perda irreparável de biodiversidade animal e vegetal por um lado e, por outro, concentrou grande parte dos recursos genéticos nos centros de pesquisas das empresas produtoras de sementes.

Nos alimentos convencionais estão presente uma série de resíduos de agrotóxicos que contaminam o solo, atingem os recursos hídricos e chega ao consumo humano, e se caso não houver um tratamento adequado, pode acarretar em um grande dano ambiental e humano, fato este que muitas vezes não é percebido nem analisado pelos consumidores (PELINSKI e GUERREIRO, 2004).

Sobre a produção de verduras e legumes orgânicos em Santana do Livramento, mesmo não sendo o foco principal da pesquisa, vale ressaltar que no dia 02 de outubro de 2015, ocorreu a visita do fiscal do MAPA para oficializar a entrega da declaração de cadastro oficial para oito agricultores familiares que formam o Organismo de Controle Social (OCS), como produtores orgânicos certificados. A certificação foi entregue aos agricultores garantindo o direito ao uso do selo de produção orgânica para venda em feiras livres no município, evidenciando que uma das garantias de sucesso para a produção orgânica é a estruturação da cadeia produtiva, onde o agricultor familiar é o protagonista do processo.

Hoje em Santana do Livramento existe um grupo de produtores rurais cadastrados na Unidade de Produção vinculada a Organização de Controle Social (OCS), denominada "Agroecologia Pampa, Terra e Fronteira dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento", que produzem principalmente hortaliças folhosas, tais como alface, cebolinha verde, couve, rúcula e salsa, normalmente

produtos utilizados na alimentação diária das famílias santanenses na forma de temperos (cebolinha verde e salsa), de saladas (alface e rúcula) e refogados (couve).

A produção local de orgânicos é efetuada por agricultores familiares, concentrados em pequenas propriedades rurais com área entre 2 e 3 hectares. Observou-se também pouca variedade das hortaliças produzidas no município, o que pode ter relação como baixo consumo pela população. Esse fato está atrelado também à sazonalidade dos cultivos, já que a produção agrícola é intimamente dependente de fatores climáticos, como o regime de chuvas, a luminosidade do período, ventos e temperatura, que limitam ou impedem o plantio de determinada hortaliça fora da sua época de cultivo (FILGUEIRA, 2000).

Atualmente em Santana do Livramento os produtos orgânicos são comercializados por algumas redes de supermercados e alguns produtores componentes do Organismo de Controle Social (OCS) fazem o serviço de comercialização nas feiras semanais ou em entrega domiciliar. Porém, o destino final da maior parte da produção de hortaliças é a distribuição e venda para os programas sociais, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), percebendo-se que a população encontra certa dificuldade de comprar a produção local em feiras e mercados. Esses dados foram descritos para fins de esclarecimentos, pois não foram o objetivo da pesquisa.

CONCLUSÕES

Para os consumidores de alimentos orgânicos em Santana do Livramento tanto o conceito quanto a motivação para a compra desse tipo de alimento, giram em torno da ausência da aplicação de agrotóxicos. Os consumidores são, em sua maioria, mulheres, com idade entre 46 e 55 anos, com nível superior de escolaridade, e renda entre 2 e 3 salários mínimos.

O fator econômico mostrou-se como a principal barreira ao consumo dos alimentos orgânicos, bem como a falta de divulgação e variedade dos alimentos orgânicos comercializados no município, apontando a necessidade de melhoria na exposição destes produtos nas feiras e gôndolas dos mercados locais para alavancar as vendas. Salienta-se também a necessidade da divulgação de informações dos valores agregados e os benefícios que a alimentação orgânica traz a saúde humana e pessoal e à preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ADAM, D. Nutritionists question study of organic food. *Nature*, v.412, p. 666, 2001.
- ALMEIDA-MURADIAN, L. B.; PENTEADO, M. V. C. *Vigilância sanitária. Tópicos sobre legislação e análise de alimentos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 203 p.
- ANDRADE, L. M. S., BERTOLDI, M. C. Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos em Belo Horizonte, MG. *Braz. J. Food Technol.*, Belo Horizonte, v.11, n.8, p.31-40, 2012.

- AZEVEDO E. Riscos e controvérsias no processo de construção do conceito de alimento saudável: o caso da soja. 2009. 98f. Tese (Doutorado em Sistemas Agroalimentares) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.
- AZEVEDO E. Alimentos orgânicos: ampliando conceitos de saúde humana, social e ambiental. 1.ed. Tubarão: Unisul, 2006. 200p.
- BERTASSO, B. F. O consumo alimentar em regiões metropolitanas brasileiras: análise da pesquisa de orçamentos familiares/IBGE – 1995/96. Piracicaba, 2000. 109f. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP: Piracicaba. 2000.
- BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.73-89, 2007.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 7.048 de 28, de 23 de dezembro de 2009. Dá nova redação ao art. 115 do Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Brasília, DF, 24 dezembro. 2009. Seção 1, p.56-66.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 22 maio. 2006. Seção 1, p.51-86.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 de dez. 2003. Seção 1, p. 8.
- CAMARGO, A. M. M. P.; CASER, D. V.; CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P.; COELHO, P. J. Área cultivada com agricultura orgânica no estado de São Paulo, 2004. São Paulo: Informações Econômicas, v.36, n.3, p. 101-111, 2006.
- CÉZAR, A. da S.; BATALHA, M. O.; PIMENTA, M. L. A certificação orgânica como fator estratégico na governança das transações no mercado de alimentos, Lavras. Organizações Rurais & Agroindustriais, v.10, n.3, p. 376-386, 2008.
- COELHO, C. N. A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. Revista de Política Agrícola, v.10, n.2, p.27-33, 2001.
- CUENCA, M. A. G. Perfil do consumidor e do consumo de produtos orgânicos no Rio Grande do Norte. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Série Documentos. ISSN 1678-1953. 2007.
- COLLA, C. Análise do comportamento do consumidor das feiras livres nos municípios de Cascavel e de Toledo, PR. 2008. 128p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Toledo. 2008.
- DATASENSO. Mercado de Produtos Orgânicos: Consumidor. Curitiba: SEBRAE, 2002. 89 p.
- DELGADO P. Intoxicações e uso de pesticidas por agricultores do município de Pati do Alferes, Rio de Janeiro. Caderno Saúde Pública, v.20, p.180-186, 2004.
- FAO. Organização Mundial de Saúde. Food safety risk analysis. A guide for national food safety authorities. Rome: FAO; 2001.
- FILGUEIRA, F.A.R. Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 2.ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2000. 402p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2004.
- KRISCHKE, P. J.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 10, n.96, p.27-43, 2009.
- LAIRO D. Nutritional quality and safety of organic food. A review. Agron Sustain Dev. v.30, n.1, p.33–41, 2009.
- LAYTANO, Dante. Folclore do Rio Grande do Sul. 2. ed. Caxias do Sul: Editora UCS, 1997. 166p.
- MALHOTRA, N. K. Introdução à Pesquisa de Marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 174p.
- MEI-FANG, C. Consumer attitudes and purchase intentions in relation to organic foods in Taiwan: moderating effects of foodrelated personality traits. Food Quality and Preference, Barking, v.18, n.7, p.1008-1021, 2007.
- PAULUS, G. Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição. 2009. 89f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2009.
- PELAEZ, V.; ARAÚJO, E.; GUIMARÃES, T.; HAMERSCHMIDT, P.; HERMIDA, C.; MELO, M.; HOFMANN, R.; MELO, M.; PROBST, R.; SOUZA, D. Monitoramento do mercado de agrotóxicos. Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas, UFPR, 2011.
- PELINSKI, A.; GUERREIRO, E. Os benefícios da agricultura orgânica em relação à convencional: ênfase em produtos selecionados. Publicações UEPG Ciências Humanas. v.12, n.2, p.49-72, 2004.

SANCHES, M. Hortaliças: consumo e preferência de escolares. 2002. 137f. Dissertação (Mestrado) – ESALQ/USP, Piracicaba, SP. 2002.

SANTOS, C.G.; COBUCCI, R. M.A.; FERNANDEZ, M.X.V. Estudo do perfil dos consumidores de alimentos orgânicos em Goiânia. *Revista Estudos*, v.36, n.5/6, p.885-896, 2009.

SCHMIDT, V. D. B. Consumidores orgânicos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistema) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2004.

SILVA, M. M da C. Demanda domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2013.

SILVA, D.; COSTA C. C. Identificação dos consumidores de hortaliças da feira livre de Pombal, PB: aspectos socioeconômicos e culturais. *Revista Verde*, v.6, n.6, p.56-60, 2011.

SOUZA, N. J. Agricultura Convencional e Agricultura Ecológica: um debate sobre a sustentabilidade de um novo sistema agrícola. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 210p.

SOUZA, A. C.; LIMA, S. R. R. Perfil dos produtores orgânicos no município de Ilhéus, Bahia. In: Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 5, 2004, Curitiba. Anais... Curitiba: Embrapa Florestas, 2004. p.44.

TABAI, K.C. Avaliação dos resultados do programa de análise da qualidade de alimentos do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro). 2001. 139f. Tese (Doutorado em Alimentos e Nutrição) - Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VIEBIG, R. F.; PASTOR-VALERO, M.; SCAZUFCA, M.; MENEZES, P. R. Consumo de frutas e hortaliças por idosos de baixa renda na cidade de São Paulo. *Revista Saúde Pública*. v.43, n.5, p.806-813, 2009.

VILAS BOAS, S. H. T.; SETTE, R. S.; BRITO, M. J. Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da cadeia de meios e fins. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v.8, n.1, p.25-39, 2006.

WIER, M.; C. CALVERLEY. Market Perspectives for Organic Foods in Europe. *British Food Journal*. v.104, n.7, p. 45-62, 2002.